A TRIBUNA
Publicado em 11/07/2024 - 05:51

Câmara inclui carnes com isenção total na cesta básica

Reforma: carnes ganham isenção na cesta básica

Deputados aprovaram 1º projeto da regulamentação; mudanças dependem do Senado

DE BRASÍLIA

A Câmara aprovou ontem o primeiro texto-base da regulamentação da reforma tributária, com 336 contra 142 e duas abstenções. Mais tarde, o relatório foi alterado em outra votação, incluindo as carnes com isenção na cesta básica. O texto seguirá agora para análise do Senado.

A proposta aprovada também estabeleceu trava para a alíquota do novo Imposto sobre Valor Agregado (IVA), que não deverá ultrapassar 26,5%, e amplia o cashback, o mecanismo que devolve parte dos impostos à baixa renda.

O texto votado inicialmente havia deixado a carne fora da lista de isentos. Mas o relator da regulamentação da reforma tributária na Câmara, Reginaldo Lopes (PT-MG), anunciou que incluiria também carnes, queijos, peixes e sal na cesta básica zerada.

"Estamos acolhendo no relatório da reforma todas as proteínas. Carnes, peixes, queijos e, lógico, o sal, porque o sal também é um ingrediente na culinária brasileira", afirmou.

Pivô dos principais embates no Congresso nos últimos dias, a demanda pela isenção das proteínas animais - defendida pelo setor de alimentos, bancada do agronegócio e o próprio presidente Luiz Inácio Lula da Silva - acabou sendo aprovada por meio de um destaque (sugestão de mudança ao texto principal) do PL, que lidera a oposição.

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da reforma tributária sobre bens e serviços foi aprovada pelo Congresso no fim do ano passado. A fase atual é de regulamentação do que foi aprovado anteriormente. O governo ainda vai apresentar ao Congresso uma proposta para mudar a tributação de renda e patrimônio.

O projeto aprovado ontem pela Câmara trouxe o coração do novo sistema de impostos sobre consumo, com as regras para o funcionamento do IVA - que unificará cinco tributos existentes hoje. Serão dois IVAs: um de competência do governo federal, a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), e um de estados e municípios, o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS).

O dia foi de articulações dos partidos envolvendo o texto-base da regulamentação, de forma a tentar acomodar os acordos de última hora. As modificações foram negociadas em conjunto com a equipe técnica do Ministério da Fazenda, que fez plantão na Câmara.

Atualmente, as carnes estão na alíquota reduzida, que conta com 60% de desconto na tributação. Nos cálculos do Ministério da Fazenda, a alteração representaria uma elevação de 0,53 ponto percentual, o que faria a alíquota média passar de 26,5% para 27%.

Diante do receio de aumento na alíquota-padrão, os deputados incluíram no texto uma trava para evitar que a alíquota do IVA ultrapasse 26,5%. Esse teto passaria a valer a partir de 2033, depois do período de transição da reforma tributária, que começa em 2026.

Caso a alíquota ultrapasse o limite, o governo seria obrigado a formular, em conjunto com o Comitê Gestor do IBS, um projeto de lei complementar com medidas para reduzir a carga tributária. O Comitê Gestor será definido no segundo projeto da regulamentação ainda a ser apresentado no Congresso. (Estadão Conteúdo)

MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL/EBC/DIVULGAÇÃO

No desfecho da votação, isenção das carnes uniu Palácio do Planalto, deputados do PL e a bancada rural

DA REGIÃO

Dos deputados da Baixada Santista, Paulo Alexandre Barbosa (PSDB) e Carlos Alberto da Cunha, o Delegado Da Cunha (PP), votaram favoráveis ao primeiro projeto da regulamentação da reforma tributária, enquanto Rosana Valle (PL) foi contra. Alberto Mourão (MDB) não votou. No destaque sobre as carnes (veja matéria), Rosana, Da Cunha e Barbosa votaram sim, enquanto Mourão não foi a voto.

Remédios registrados têm desconto de 60% no IVA

Os deputados concederam desconto de 60% da alíquota-padrão do Imposto sobre Valor Agregado (IVA) para os medicamentos registrados na Agência de Vigilância Sanitária (Anvisa) ou produzidos por farmácias de manipulação.

Antes, no projeto, esses medicamentos estavam divididos entre desconto de 60% e alíquota cheia. Outra parte dos remédios conta com isenção total - e isso não foi alterado.

O relator da regulamentação também contemplou demanda da bancada feminina e incluiu o DIU (Dispositivo Intrauterino) na lista de itens médicos com redução de 60% do IVA.

Os deputados também incluíram planos de saúde de animais domésticos, os pets, com alíquota reduzida em 30%.

A proposta ainda amplia o cashback, sistema de devolução de parte da Contribuição de Bens e Serviços (CBS, um dos três tributos do IVA) à população de baixa renda, de 50% para 100%, nas contas de energia elétrica, água, esgoto e gás natural encanado.

Para o cálculo da devolução, serão consideradas as compras nos CPFs de todos os membros da unidade familiar, e não apenas do representante.

IMPOSTO DO PECADO

O texto aprovado incluiu o carvão mineral na lista de produtos sujeitos ao Imposto Seletivo, o chamado Imposto do Pecado, que vai incidir sobre itens considerados nocivos à saúde e ao meio ambiente.

Por outro lado, o relator estendeu a trava de 0,25% de alíquota para todos os bens minerais extraídos. No texto anterior, esse limitador só se aplicava ao minério de ferro.

A Câmara já havia incluído os jogos de azar, físicos e digitais (como as apostas esportivas, as bets), no Seletivo, além dos veículos elétricos.

Durante a votação, os deputados derrubaram destaque para incluir armas e munições entre os itens do Seletivo. (EC)

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal A Tribuna - Santos/SP

Seção: Economia **Caderno:** B **Pagina:** 1

Copyright © Clipclap 2025.